

# A Família e a Sociedade Rural Paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850

ALIDA C. METCALF

## Resumo

Este artigo compara as estratégias familiares observadas pelas camadas proprietárias de escravos e camponeses em Santana de Parnaíba nos fins do século XVIII e início do século XIX. Os proprietários de terras e de escravos orientavam suas estratégias de família no sentido de preservar a integridade de sua riqueza por meio da divisão desigual de bens partilháveis, incentivando o deslocamento de filhos para as frentes de expansão e favorecendo as filhas e os genros com a maior parte da riqueza da família. Em contraste, as estratégias dos camponeses visavam, sobretudo, a sobrevivência dentro do contexto de uma economia rural em rápida transformação. À medida que a economia de subsistência cedia lugar a uma produção de gêneros de abastecimento, os domicílios camponeses diminuíram em tamanho, os domicílios chefiados por mulheres aumentaram em número e a família nuclear passou a ter menor importância. Os ajustamentos e mudanças da vida familiar deixaram suas marcas na estrutura social da comunidade estudada, bem como nas frentes de expansão.

**Palavras-chave:** família, camponeses, herança, São Paulo, História do Brasil.

## Abstract

This article contrasts the family strategies of the slaveholding and peasant classes in late eighteenth and early nineteenth century São Paulo, Brazil. While the family strategies of slaveholders sought to preserve family property by countering the equal division of property, by encouraging the migration of sons into the frontier, and by favoring a daughter and son-in-law with the bulk of the family estate, the family strategies of the peasantry sought simple survival in a rapidly changing rural economy. As a traditional subsistence economy gave way to a cash-crop orientation, peasant households became smaller, households headed by women increased, and nuclear families declined in importance. Adaptations and changes in family life left their mark on the social structure of the community studied as well as on the developing frontier.

**Key words:** family, peasants, inheritance, São Paulo, Brazilian History.

*A autora pertence ao Departamento de História da Trinity University, San Antonio, Texas.*

## **Introdução**

Nos últimos anos os historiadores vêm se ocupando com o papel da família na formação da sociedade brasileira. As pesquisas têm mostrado que a vida familiar e a influência das famílias no passado eram bem diferentes do que antigamente se pensava. Os estudos de Maria Luíza Marcílio, Eni de Mesquita e Iraci del Nero da Costa, entre outros, têm mostrado que a grande família extranuclear, pintada por Gilberto Freyre, não era a família típica nem em São Paulo nem em Minas Gerais <sup>(1)</sup>. Na sua grande maioria as famílias eram nucleares, sendo comum, entre a população mais pobre, especialmente nas cidades, encontrar-se famílias chefiadas por mulheres (KUZNESOF, 1974; METCALF, 1983a; RAMOS, 1975). Essas pesquisas, portanto, deram início à reconsideração do papel da família na formação da sociedade brasileira. Este trabalho é também uma tentativa de avaliar o significado das famílias no Brasil colonial.

## **A Família e o Estudo do Passado**

Para se estudar o papel da família na sociedade, torna-se necessário definir o que é família. A família é uma associação de indivíduos, geralmente, mas nem sempre, ligados por laços de parentesco, que vivem juntos e possuem recursos essenciais para a sobrevivência de todos. Na época contemplada neste estudo, esses recursos podiam ser, no caso dos mais ricos, terras, casas, escravos e mobília ou, no caso dos mais pobres, ferramentas e o valor do trabalho. Tais recursos, pequenos ou grandes que sejam, constituíam a base da sobrevivência da família. A família, composta de homens e mulheres, velhos e crianças, decidia como esses recursos seriam distribuídos e usados entre os familiares. Essa distribuição era o acesso que cada um tinha aos recursos necessários. Essa distribuição tinha uma influência muito grande na vida não só dos próprios familiares, mas também, das gerações seguintes. A maneira de usar esses recursos e transmiti-los a outros por herança interferia na manutenção da organização social e na formação de classes sociais. Assim, para estudar o papel da família, o historiador precisa saber quem são os familiares, quais os seus recursos, como eles são divididos entre os membros da família e como esses recursos são passados de um geração para outra.

O estudo da família precisa ser feito dentro do contexto das classes sociais e das diferentes regiões, porque tanto os bens quanto a vida familiar variam de acordo com as classes sociais e as diferentes regiões. Não se pode falar de uma família típica brasileira porque a família do senhor de engenho

---

(1) Cf. MARCÍLIO (1974a, 1974b e 1972); SAMARA (1980); COSTA (1977 e 1979).

sempre era bastante diferente da família do pequeno proprietário. Da mesma forma, havia diferenças entre as famílias paulistas e as famílias nordestinas. Dependendo da classe social e da região, os bens que cada família possuía e os seus hábitos de vida eram bem diversos. Por esse motivo, é preciso levar em conta as classes sociais, distinguindo as famílias da elite das famílias de pequenos proprietários e das famílias dos escravos. Também é essencial levar em conta as diferenças regionais.

O conhecimento da estrutura demográfica da família de uma região ou de uma classe social é fundamental para uma análise do seu papel na sociedade. A estrutura demográfica é baseada em fatos como: o número de crianças que nascem, a idade de homens e mulheres ao se casarem, a estrutura dos domicílios e suas mudanças através do tempo naquilo que os demógrafos chamam o ciclo familiar <sup>(2)</sup>. Essas estruturas demográficas são importantes para a sobrevivência da família. As famílias podem desenvolver formas de influenciar a estrutura demográfica de seus domicílios. Por exemplo, nas sociedades onde a mortalidade de crianças é baixa ou onde há falta de terras, as famílias podem limitar a fertilidade não deixando que as filhas se casem enquanto menor de idade e insistindo para que nem todas as filhas se casem. Outras estruturas demográficas, como a estrutura de domicílio, também podem ser afetadas pelas ações familiares. Por exemplo, onde há falta de terras, são mais comuns as famílias extensas e extranucleares, enquanto que os domicílios nucleares predominam onde não há falta de terras (BERKNER, 1976, p. 71-95).

Quando falamos das famílias no passado, é importante fazer a distinção entre domicílio e família. O domicílio é composto por pessoas que vivem juntas na mesma casa ou, na linguagem dos recenseamentos paulistas do final do século XVIII e do início do século XIX, no mesmo fogo. A família tem sempre um sentido mais amplo do que o domicílio porque a família inclui membros que não moram no domicílio como, por exemplo, os filhos que deixaram a casa. Por este motivo é necessário distinguir entre a família e o domicílio.

As mudanças na estrutura de domicílios através do tempo, os "ciclos familiares" afetam a vida de todos. Esse ciclo é baseado nas diferentes estruturas do domicílio que ocorrem quando os membros da família nascem, morrem ou se casam. Um ciclo comum seria a mudança de um domicílio nuclear para um domicílio extranuclear. Essa mudança geralmente ocorre quando um domicílio nuclear (composto de pais e filhos) aceita um parente idoso (como pais ou sogros) ou quando nascem netos e netas. Muitas vezes essas mudanças na estrutura da família correspondem a momentos de transição como, por exemplo, quando os bens e a autoridade passam de uma geração para a seguinte. Por esta razão é importante não só delinear o ciclo

---

(2) Para uma definição do ciclo familiar veja HAREVEN (1974) e BERKNER (1975).

familiar, mas também estudar o significado, para a família, das mudanças na estrutura do domicílio (WHEATON, 1975; BERKNER, 1972).

Uma parte das ações que as famílias utilizam para assegurar sua sobrevivência são os costumes e as atitudes que fazem parte da vida familiar. A longo prazo, esses costumes e atitudes têm uma influência bastante grande sobre o uso dos recursos familiares. Por exemplo, as atitudes que governam os casamentos ou que definem o papel de homens e de mulheres não são simplesmente atitudes, mas tradições que protegem e determinam como serão usados os recursos familiares. Por este motivo, os historiadores têm usado como ponto de destaque de muitos trabalhos o casamento ou os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres<sup>(3)</sup>

Outro evento importantíssimo na vida da família é a herança, ou a maneira pela qual são divididos os bens do casal. Havia, em cada país Europeu e na América, leis que regiam a divisão de bens. No caso de Portugal, os bens eram divididos entre marido e mulher - os dois eram meeiros nos bens - e havia igualdade entre os filhos do falecido - cada um recebia sua legítima parte. Só a terça parte poderia ser doada livremente. Mas, como muitos historiadores têm mostrado, as leis nem sempre refletiam a realidade. Existiam, freqüentemente, costumes locais que limitavam o rigor da lei. Esses costumes podem ser chamados de "estratégias" familiares porque eram as medidas tomadas pelas famílias para administrar o uso e a posse dos bens familiares (COLE & WOLF, p. 175-205; YVER, 1966; LANDURIE, 1976, p. 37-70).

O estudo dessas estratégias familiares, tanto as demográficas quanto os hábitos familiares, é uma das formas de demonstrar o papel da família no desenvolvimento da sociedade. Essas estratégias tinham influência não só sobre as gerações que as iniciaram, mas também sobre as gerações futuras.

As fontes para o estudo da família no passado são várias e extensas. Para a estrutura das famílias, os mapas de população são fundamentais porque mostram as estruturas dos domicílios. Muitas vezes os mapas de população contêm informações sobre o nível social de cada domicílio; os de São Paulo, por exemplo, indicam a posse de escravos em 1775 e em cada ano a partir de 1798, tornando-se possível o estudo da família no contexto das classes sociais<sup>(4)</sup>. Na falta dos mapas de população, existem os registros paroquiais (os livros de batizados, casamentos e óbitos) com os quais é possível reconstituir as famílias e calcular os dados demográficos básicos da

---

(3) Cf. BOURDIEU (1976); BOURQUE & WARREN (1981); SCOTT & TILLY (1975); SEARLY (1979) e SEGALIN (1972).

(4) Veja os trabalhos de COSTA (1977 e 1979); de SAMARA (1980); de MARCÍLIO (1972 e 1974b); de RAMOS (1975); de KUZNESOF (1974) e de METCALF (1983b), baseados nos mapas de população de São Paulo e Minas Gerais.

população <sup>(5)</sup> Quanto aos bens que possuíam as famílias e as estratégias da sua divisão, os inventários e testamentos são fontes riquíssimas. Nos testamentos encontram-se dados sobre a vida familiar, os dotes de casamento, os bens do casal, os hábitos de vida, as crenças religiosas e informações sobre os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Nos inventários tem-se a divisão de bens e, às vezes, informações sobre conflitos dentro das famílias <sup>(6)</sup>. Além disso, existem as genealogias que contribuem para o estudo das famílias através de gerações; requerimentos e querelas, que trazem muitas informações sobre a vida quotidiana, e os livros dos escrivães, que contêm dados sobre venda de terras, de escravos e de outros bens. Usando essas fontes será possível reconstituir o papel da família na evolução da sociedade colonial brasileira. Em nosso trabalho, escolhemos uma comunidade para analisar uma população que continha, na época analisada, representantes de todas as classes sociais. A comunidade escolhida, Santana de Parnaíba, que no século XVIII incluía São Roque, Araçariguama e a Aldeia de Barueri, possui muitas fontes informativas para um estudo da família na sociedade colonial <sup>(7)</sup> Nesse trabalho, limitamo-nos à abordagem das famílias da população livre no século XVIII.

### A Estrutura Social de Santana de Parnaíba

A ordem social em Santana de Parnaíba no século XVIII era bem hierárquica, com grande desigualdade entre os membros da comunidade. Esse fato é bem evidente quando examinamos os mapas de população do final do século. Como podemos ver na Tabela 1, um quarto da população era de escravos. Entre a população livre havia dois grupos fundamentais: os que possuíam escravos e os que não possuíam <sup>(8)</sup> A posse de escravos teve um papel bastante importante numa sociedade rural cada vez mais ligada aos mercados atlânticos. Os grandes senhores de escravos dispunham da mão-de-obra necessária para plantar açúcar para exportação. Os lavradores, que possuíam apenas alguns escravos, também tinham a mão-de-obra para plan-

(5) Para o método de estudo da família usando os registros paroquiais, veja EVERSLEY *et al.* (1966); FLEURY & HENRY (1965). Para o Brasil, veja MARCÍLIO (1974a e 1970).

(6) Estudos baseados nos inventários e testamentos são extensos. Alguns exemplos são: VRIES (1975, p. 205-265); SHAMMAS (1980, p. 13-24); JONES (1982, p. 273-300). Para o Brasil, veja MACHADO (1943) e NAZZARI (1984)

(7) Para melhores informações sobre nosso trabalho, veja METCALF (1983b e 1986)

(8) É claro que entre os que possuíam escravos, havia os pequenos proprietários (com um ou dois escravos), fato este que, para eles, não os tornava muito diferentes daqueles que não possuíam escravos. De uma certa forma eles se assemelhavam mais a estes do que com os que possuíam muitos escravos. De qualquer modo, porém, consideramos a posse de escravos uma divisão entre as duas classes rurais porque quem possuía escravos tinha acesso à capital, o que não ocorria com os que não os possuíam. E, como veremos, alguns dos pequenos proprietários de escravos eram descendentes das famílias da elite.

tar, não só para a subsistência do domicílio, mas também para os mercados locais e, às vezes, para a exportação. Assim, os que possuíam escravos tinham a mão-de-obra, o recurso essencial para a participação na economia agrícola comercial de São Paulo no final do século XVIII e no início do século XIX. Por isso, a posse de escravos alterou radicalmente os padrões de vida entre a população livre.

TABELA 1

A ESTRUTURA SOCIAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

	População					
	1775		1798		1820	
	N	%	N	%	N	%
Escravos	1.166	26	1.688	26	1.889	26
Camponeses (sem escravos)	2.511	55	3.621	56	4.153	59
Senhores de Escravos	852	19	1.114	17	1.048	15
Soma	4.529	100	6.423	100	7.090	100

Fonte: Mapas de População, Parnaíba.

A sociedade rural de Santana de Parnaíba não era a de "casas grandes e senzalas" Ao contrário, havia grandes diferenças na população livre, de modo que podemos falar de três classes distintas: os senhores de escravos, os camponeses e os escravos. Os recenseamentos mostram que a maioria dos domicílios não dispunha de escravos. Esses domicílios eram o que podemos chamar de os camponeses da ordem social rural. Eles não eram agregados dos grandes plantadores, mas famílias independentes que se sustentavam plantando milho, feijão e algodão. Entre a classe escravocrata, a maioria possuía de um até dez escravos. Alguns produziam aguardente e tinham ligações de parentesco com os grandes plantadores. Outros produziam principalmente milho, feijão, arroz e algodão para a sobrevivência, dispondo de um pequeno excesso para vender. Só algumas famílias possuíam mais de dez escravos, sendo ainda menor o número dos que tinham mais de cinquenta escravos. Esses domicílios produziam açúcar, aguardente, milho, feijão, arroz e algodão, além de criar animais. Eles faziam parte da elite que dominava as instituições locais, como a câmara ou a ordenança. Na Tabela 2 apresentamos a produção agrícola em 1775 nos domicílios sem escravos, nos que possuíam de 1 até 10 escravos e nos que dispunham de mais de 10 escravos. Como é evidente, os camponeses produziam a maior parte do milho e do algodão colhidos na vila, enquanto que os lavradores e senhores de engenho produziam a maior parte do arroz e aguardente.

TABELA 2

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 1775

	Milho (alqueires)		Algodão (arrobas)		Arroz (alqueires)		Aguardente (canadas)	
<b>Domicílios</b>								
Sem Escravos (N = 461)	10.496	46%	597	52%	57	21,5%	4	2%
1-10 Escravos (N = 148)	5.778	26%	331	29%	57	21,5%	78	38%
Mais de 10 Escravos (N = 35)	6.240	28%	223	19%	150	57,0%	122	60%
Soma	22.514	100%	1.151	100%	264	100%	204	100%

Fonte: Mapas de População, Parnaíba.

### As Estratégias das Famílias da Elite

A elite de Santana de Parnaíba no século XVIII era composta dos grandes proprietários de terras e de senhores de escravos. Essas famílias possuíam terras na vila, mantinham contatos comerciais com as regiões mineiras do interior e eram proprietários de escravos. Com esses recursos, elas dominavam a vida econômica da vila e a ordem social. É importante ressaltar, todavia, que se tratava de uma elite regional. Essa elite de Santana de Parnaíba não pode ser comparada com a elite colonial do Nordeste do Brasil ou com a das grandes cidades. Ela era bem mais pobre. Mesmo assim, essa elite teve uma enorme influência na vida econômica, política e social da vila. Suas ações contribuíram para a formação das classes sociais naquela comunidade e para a manutenção de uma ordem social hierárquica. Além disso, a Vila de Santana de Parnaíba, como as demais de São Paulo, influenciou a sociedade que se desenvolveu no oeste. Desde o século XVII, famílias das vilas como Parnaíba povoavam e colonizavam o sertão, levando para o interior seus hábitos e costumes familiares.

No século XVIII, as estratégias da elite tinham como meta a manutenção de sua posição como elite na sociedade. Para esse fim, foi preciso explorar não só as fontes de riqueza - que no século XVIII eram a mineração e o cultivo de cana-de-açúcar - mas, também, limitar a divisão dos bens da família para assegurar que pelo menos parte desta continuasse a fazer parte da elite. As estratégias mais comuns para atingir tal propósito foram a limitação da herança das propriedades rurais em Parnaíba e, em segundo lugar, o encorajamento da migração para o sertão. Estas estratégias faziam parte da vida familiar, atribuindo papéis diferentes a homens e mulheres, irmãs e irmãos.

As famílias da elite de Parnaíba enviavam os seus filhos para o interior, o sertão. Iam em busca de ouro (na primeira metade do século XVIII),



comércio (na segunda metade do século) e terras (no final do século XVIII e início do século XIX). Muitos filhos eram enviados para as minas como mercadores, ou iam para o Sul para criar gado, cavalos e muares ou, ainda, para supervisionar o trabalho dos escravos nas minas. O sertão fornecia às famílias os recursos essenciais para manter sua posição na elite de Santana de Parnaíba. Era uma fronteira cheia de possibilidades para quem queria explorá-la.

Enquanto os filhos iam para o sertão, as famílias procuravam genros para casar com as filhas que permaneciam em Parnaíba. Os genros escolhidos, freqüentemente eram nascidos na cidade de São Paulo, em Portugal ou em outros lugares do Brasil. Os livros de casamento de Parnaíba mostram este ingresso de genros vindos de fora da vila e a saída dos filhos. 44% de todos os homens livres que se casaram na Igreja de Parnaíba no século XVIII não nasceram em Parnaíba (ver a Tabela 3).

TABELA 3

## NATURALIDADE DE NOIVOS E NOIVAS, PARNAÍBA

Naturalidades	Noivos		Noivas	
	N	%	N	%
Parnaíba	304	56	481	88
São Paulo	150	28	45	8
Brasil/Portugal	64	12	3	1
Sem Dados	25	4	14	3
Soma (a)	543	100	543	100

Notas: (a) Casamentos da população livre dos seguintes anos: 1730-39; 1750-59; 1770-79; 1790-99 e 1810-19.

Fonte: Livros de Casamentos de Parnaíba.

Esse padrão de casamento trazia conseqüências importantes para as famílias de Parnaíba. Os genros eram escolhidos pelos pais, que lhes davam dotes atraentes. Era comum no século XVIII, em Parnaíba, dar à primeira filha a se casar um dote maior do que o de suas outras irmãs<sup>(9)</sup>. Esse primeiro dote - que incluía terras, dinheiro e escravos - formava a base dos bens do

(9) Em 1722, o ouvidor deixou em Parnaíba um "*Treslado dos Capitulos de Correição do Desembargador Antonio Luis Pelleja*", que eram instruções sobre dotes e a herança de legítimas. Essas instruções diziam que se os dotes fossem maiores que as legítimas, os genros teriam que devolver o excesso, com exceção do primeiro dote, que era protegido pela terça do falecido. O genro que recebia o primeiro dote somente tinha que devolver parte deste se o mesmo fosse maior do que o valor da legítima mais a terça do falecido. Livros de Parnaíba, 89: 1-9, AESP 6066-18. Para maiores informações sobre o uso do dote, veja o trabalho de NAZZARI (*op. cit.*), que mostra que o dote era muito importante na transferência dos bens no século XVII, mas que essa importância diminuiu entre os séculos XVIII e XIX.



novo casal. Assim, como esse dote podia ser maior que o de todos os outros, esse casal ficava numa posição privilegiada. Eles tinham boa chance de herdar a posição social dos pais da noiva. Desta forma, como o dote tinha um papel importante na transferência dos bens, a transferência da terra apresentava uma tendência matrilinear e não patrilinear. Isso se vê claramente na família dos povoadores de Parnaíba - a de Susana Dias - na qual, por mais de duzentos anos, as mulheres permaneciam em Parnaíba, enquanto que os homens dirigiam-se para o sertão. O Capitão-Mor de Parnaíba no final do século XVIII, por exemplo, era Antônio Corrêa de Lemos Leite, natural de São Paulo e casado com Mariana Pais, natural de Parnaíba e tetraneta de Susana Dias, fundadora de Parnaíba (LEME, 1903-05, volume II, p. 450-557; volume VI, p. 331-378 e 521-523).

A migração de filhos e a posição privilegiada de um genro era uma estratégia básica da elite de Parnaíba para manter sua posição social. Outra estratégia era limitar a divisão equitativa de recursos como, por exemplo, de escravos. Quando comparamos a divisão de bens nos inventários de famílias com os domicílios de seus descendentes nos recenseamentos anos depois, detectamos um padrão de desigualdade. Nos inventários, o juiz de órfãos dava a cada herdeiro sua legítima - uma parte igual dos bens do falecido, conforme a lei. Só o primeiro dote podia ser maior que uma legítima, porque era considerado como tendo saído da terça do falecido (ver nota 9). Porém, anos depois da divisão dos bens, percebemos, nos recenseamentos, que havia desigualdade entre os herdeiros. Por exemplo, na família de Antonio Francisco de Andrade, natural de Portugal e Sargento-Mor de Parnaíba no final do século XVIII, alguns herdeiros ficaram com mais bens do que outros. Como mostra a Tabela 4, a filha Senhorinha e o filho Francisco possuíam mais escravos do que os outros irmãos moradores em Parnaíba. Senhorinha e seu marido tinham 30 escravos em 1798 e 38 em 1820; Francisco e sua mulher eram proprietários de 22 e 21, nos mesmos anos. Os outros filhos residentes possuíam menos escravos. Anna tinha 6 e Mariana, 8. Três filhos haviam saído da comunidade, mudando-se para São Carlos (Campinas), um dos quais era o Capitão-Mor daquela comunidade. Havia também desigualdade em São Carlos, onde o filho mais velho, vindo de Parnaíba, só possuía 6 escravos e seu irmão, o Capitão-Mor, 41. Nessa família vemos claramente que o filho mais velho não herdou a posição dos seus pais em Parnaíba. O filho com mais escravos morava em São Carlos. Quem dispunha de mais escravos em Parnaíba era o casal Senhorinha e seu marido.

Pode-se observar a mesma desigualdade na herança de recursos em outras famílias de Santana de Parnaíba. Na família de Manoel Rodrigues Fam, também natural de Portugal, uma herdeira ficou com mais escravos do que seus irmãos. Essa herdeira recebeu uma parte maior da herança dos bens através do dote que seu pai pagou ao marido (ver Tabela 5).

TABELA 4

POSSE DE ESCRAVOS ENTRE OS FILHOS HERDEIROS DE ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE, INVENTARIADO EM 1780 COM 91 ESCRAVOS

Filhos	Nº de Escravos	Data	Observação
Antonio	7	1798	Parnaíba
	6	1816	São Carlos
Francisco	22	1798	São Roque
	21	1820	São Roque
João	41	1816	São Carlos
Senhorinha	30	1798	Parnaíba
	38	1820	Parnaíba
Anna	1	1786	Parnaíba
	6	1798	Parnaíba
Mariana	8	1798	Parnaíba
Paula			São Carlos (não foi encontrada)

Fonte: LEME (1903-05), Inventários da família de Antônio Francisco de Andrade e domicílios nos recenseamentos de Parnaíba e São Carlos.

TABELA 5

POSSE DE ESCRAVOS ENTRE OS FILHOS HERDEIROS DE MANOEL RODRIGUES FAM, INVENTARIADO EM 1757 COM 45 ESCRAVOS

Filhos	Nº de Escravos	Data	Observação
José	7	1775	Parnaíba
	5	1787	Parnaíba
	3	1798	Parnaíba
Baltazar	3	1775	Parnaíba
Ignacio	7	1798	Parnaíba
João	1	1775	Parnaíba
	3	1798	Parnaíba
Pedro	0	1775	Parnaíba
Manoel	6	1775	Parnaíba
	4	1798	Parnaíba
Maria	20	1746	Parnaíba
	14	1775	Parnaíba
Antônio	1	1756	ausentou-se para o interior, levando 1 escravo, 3 cavalos, 65 oitavas de ouro e 60\$000 réis.
Izabel			não foi encontrada
Anna	3	1756	Parnaíba (recebidos no dote)
	0	1775	Parnaíba
Roza			não foi encontrada

Fonte: Inventários da família de Manoel Rodrigues Fam e domicílios nos recenseamentos de Parnaíba.

Nessa mesma família, a desigualdade na herança dos bens tinha uma função muito importante: a manutenção da base econômica da família. Manuel deu a seu primeiro genro (que era o Capitão-Mor de Parnaíba) um dote bastante generoso. Mesmo depois da morte desse genro, Manoel transferiu o dote para o segundo marido de sua filha. Esses recursos deram-lhe uma posição superior na comunidade, comparativamente à de seus irmãos.

TABELA 6

POSSE DE ESCRAVOS ENTRE OS FILHOS HERDEIROS DE MIGUEL BICUDO DE BRITO, INVENTARIADO EM 1749 COM 23 ESCRAVOS

Filhos	Nº de Escravos	Data	Observações
Manoel			Encontramos dois de seus filhos em Parnaíba, uma tinha 1 escravo em 1775.
Maria			Encontramos 3 filhos em Parnaíba possuindo entre 0 e 3 escravos.
Thomasia			Mudou-se para Itu?
Gertrudes	11	1798	Parnaíba
	8	1820	Parnaíba
Gaspar			Mudou-se para Santo Amaro
Anna Maria			não foi encontrada
José			não foi encontrado
Antônio			não foi encontrado
Francisco	0	1775	Parnaíba (era solteiro)
Escolástica	21	1775	Parnaíba
	22	1788	Parnaíba
Izabel	7	1775	Parnaíba
	8	1777	Parnaíba
Rita	2	1775	Parnaíba
	7	1798	Parnaíba
Gonçalo			não foi encontrado

Fonte: LEME (1903-05), Inventários da família de Miguel Bicudo de Brito e domicílios nos recenseamentos de Parnaíba.

Os herdeiros mais favorecidos tornavam-se mais tarde os representantes da família na comunidade <sup>(10)</sup> Os herdeiros que não eram favorecidos faziam parte de uma classe intermediária gente que possuía

(10) Na Itália, esse padrão é também notado. Nas comunidades onde as leis de herança ditam uma divisão igual dos bens, os antropólogos têm encontrado estratégias semelhantes para favorecer um casal que seria o representante da família na comunidade. Os costumes locais encorajavam a doação, a esse casal, de uma parte maior dos bens, para que pelo menos parte da família pudesse participar das instituições locais. Os outros irmãos ficavam como dependentes desse casal favorecido, muitas vezes trabalhando para eles. Veja o capítulo sobre a herança em COLE & WOLF (1974, p. 175-205).

escravos mas não o suficiente para fabricar açúcar. A maior parte deles era denominada "lavradores" ou "roceiros" nos recenseamentos. Em suas terras eram cultivados: milho, feijão, algodão e um pouco de cana-de-açúcar. Alguns dos herdeiros não favorecidos chegavam a ser camponeses - sem nenhum escravo. Isto pode ser visto na família de Manoel Bicudo de Brito, onde anos depois da partilha dos bens paternos alguns herdeiros constavam nos recenseamentos como não possuidores de escravos, como mostra a Tabela 6.

As estratégias das famílias da elite de Santana de Parnaíba tiveram uma influência marcante sobre as gerações futuras daquelas famílias. Destacamos anteriormente que os casamentos típicos uniam mulheres nascidas em Parnaíba a homens nascidos fora. Isto era parte de uma estratégia onde os genros eram escolhidos como "gerentes" dos bens familiares em Parnaíba, enquanto que os filhos dirigiam-se para o sertão. Os genros, e não os filhos, herdavam a posição social e econômica dos pais das famílias de Parnaíba<sup>(11)</sup>. Estas estratégias acompanharam a desigualdade na herança dos bens da família. Ainda que o juiz de órfãos desse a cada herdeiro sua legítima parte no inventário, os recenseamentos mostram, anos depois, que a partilha não era equitativa entre os vários herdeiros. Geralmente uma filha ficava com mais bens, e seu marido, o genro, era o chefe da família e o administrador dos bens familiares. Os filhos, tal como seu pai fizeram uma geração antes, iam para o oeste - o sertão. Lá, no sertão, eles reproduziam a ordem social e a vida familiar que os mesmos haviam conhecido em Parnaíba. Os filhos que não iam para o sertão e as filhas que não realizavam um bom casamento faziam parte de um grupo social inferior. Eles eram lavradores, sem o poder econômico e social de seus pais. Estes descendentes das famílias principais faziam parte da classe média rural nos séculos XVIII e XIX, possuindo alguns escravos, mas não o suficiente para serem grandes produtores de açúcar ou, mais tarde, de café<sup>(12)</sup>.

Essas estratégias tiveram êxito no sentido de proteger a posição da elite na sociedade de Santana de Parnaíba. Os recenseamentos mostram que de

---

(11) Num trabalho recente e muito interessante, Carlos de Almeida Prado Bacellar mostra as estratégias usadas pela elite dos senhores de engenho na área açucareira no século XIX em São Paulo. Muitas das estratégias que abordamos aqui como a desigualdade na herança dos bens, a migração para o oeste e o favorecimento de um herdeiro - são também mostradas pelo referido autor. A única diferença diz respeito a quem era o herdeiro favorecido. Em nossas pesquisas concluímos que foi o genro, enquanto que BACELLAR argumenta que foi um irmão (mas não necessariamente o mais velho). Somente estudos futuros podem resolver esta diferença. Se o irmão, e não o genro, foi o favorecido no oeste paulista, isto evidenciaria uma mudança nas estratégias das famílias da elite paulistana.

(12) PETRONE (1968) e STEIN (1974) discorrem sobre essa classe média rural - os lavradores - descendentes de grandes famílias, mas acham que foi a decadência da economia da cana-de-açúcar (ou do café) quem a criou. O nosso trabalho tem mostrado que as estratégias das famílias estão intimamente relacionadas com a formação dessa classe social.

1775 até 1820 não houve mudança significativa na estrutura da elite da comunidade. Se as famílias da elite tivessem dividido os seus bens como mandava a lei, ou seja, igualmente entre todos os herdeiros, teria havido um declínio no número de domicílios que faziam parte da elite e um aumento no número dos domicílios com menos escravos. Mas não foi este o resultado encontrado. O número de domicílios com mais de dez escravos foi de 35 em 1775; 45 em 1798 e 44 em 1820, sempre girando entre 4 ou 5% de todos os domicílios da vila. O fato de quase não ter havido variação sugere que só alguns filhos herdaram a posição dos seus pais. Encorajando a migração e favorecendo alguns herdeiros, as famílias da elite conseguiram preservar sua posição privilegiada na ordem social para uma parte da família, em gerações sucessivas.

Esses padrões de vida da elite tinham sua origem nas estratégias do século XVII, onde a sobrevivência na região de São Paulo era baseada na exploração do sertão. Desde jovens, os homens entravam no sertão, enquanto as mulheres permaneciam nas vilas. Como Parnaíba tinha um sertão próximo, a estratégia de enviar os filhos para o sertão teve bastante êxito, tendo sido repetida de geração em geração nas famílias de Parnaíba <sup>(13)</sup> É importante também notar que alguns dos filhos que migravam chegavam a obter, se não ultrapassar, a posição social que seus pais desfrutavam no local de origem. Parece-nos que a mobilidade social em São Paulo, nessa época, foi resultado da exploração dos recursos do sertão e não do estabelecimento de fazendas a longo prazo em Parnaíba. Por esse motivo, não podemos falar de uma elite rural feudal ou patrimonial. Ao contrário, a existência do sertão criou uma elite bem mais fluida, e essa elite buscava suas fortunas nas florestas e terras virgens do sertão.

## A Família Camponesa

Para a parte da população livre que não possuía escravos os camponeses - a vida familiar era bastante diferente da vida dos senhores de escravos. A sobrevivência, para eles, era calculada diferentemente. Para os camponeses, o essencial era ter direito a terras em tamanho suficiente para sustentar a família. Eles não eram orientados para o mercado capitalista, porque não tinham acesso ao capital (na forma de terras e escravos) para produzir açúcar ou café. O que eles produziam era para o uso da família, com um pequeno excedente para vender.

O estudo dessas famílias torna-se, portanto, bastante diferente do das famílias da elite, não só porque seus modos de vida eram bem distintos, mas porque as fontes disponíveis não eram idênticas. Em primeiro lugar, as famílias dessa classe social não possuíam muitos bens e poucos deixaram

---

(13) Para um melhor esclarecimento dessa idéia de favorecer o genro com as propriedades rurais em Parnaíba e enviar os filhos para o sertão ver METCALF (1986).

testamentos ou inventários. Para o estudo dessa classe social, os historiadores têm que se basear em outras fontes, como os recenseamentos, os livros paroquiais e os livros das câmaras. O material disponível para cada família é bem menor, fato que reduz o que se pode saber sobre cada família. Mesmo assim, usando os mapas de população, é possível descobrir os padrões de vida familiar da classe social em questão.

Os recenseamentos a partir de 1775 fornecem uma visão da referida classe social. Em 1775, o recenseamento de Parnaíba anota o direito que tinha cada domicílio às terras por eles plantadas. Indica, por exemplo, se as terras eram próprias, alugadas ou obtidas por posse. A maior parte dos camponeses vivia "a favor" ou "a mercê", ou seja, em terras de posse ou em terras de outros (ver a Tabela 7). Cerca de 60% dos camponeses não tinham qualquer título judicial de suas terras; 40% plantavam em suas terras ou em terras de parentes.

TABELA 7

CAMPONESES E A POSSE DE TERRA, 1775

	Domicílios	
	N	%
Planta a favor (a)	260	61
Possui terras (b)	163	39
Soma (c)	423	100

**Notas:**

(a) Inclui "planta a favor", "planta em terras alheias", "planta em terras devolutas", e os domicílios dos agregados e administrador das fazendas religiosas.

(b) Inclui os que plantavam em terras próprias, em terras de parentes ou em terras de foro.

(c) Essa soma exclui os domicílios que não eram agricultores, como os artesãos, jornaleiros ou tropeiros.

**Fonte:** Recenseamento de Parnaíba, 1775.

A estrutura domiciliar teve um papel muito importante na sobrevivência familiar dessa classe social. Como era a família, e não os escravos, quem fornecia a mão-de-obra para os sítios, a composição do domicílio afetava consideravelmente a produção agrícola. Enquanto os senhores de escravos podiam aumentar a mão-de-obra comprando escravos novos, os camponeses dependiam da composição de suas próprias famílias. A única maneira de ampliar a força de trabalho (além de ter mais filhos) era incorporar agregados

ao domicílio. Uma família camponesa podia obter mais trabalhadores permitindo que os agregados morassem em seus domicílios <sup>(14)</sup>

A família nuclear tinha, geralmente, melhores condições para produzir mais do que outros tipos de famílias. Isto ocorreu porque a mão-de-obra fornecida pelo casal e filhos era superior à mão-de-obra existente em outras famílias. As famílias extranucleares, por exemplo, tinham mais parentes dependentes, como velhos e crianças pequenas. Na Tabela 8 mostramos como os domicílios nucleares produziam mais do que os domicílios extranucleares ou do que os domicílios compostos por pai ou mãe e filhos.

TABELA 8

## PRODUÇÃO DE MILHO POR TIPO DE DOMICÍLIO, 1775

Domicílio	Média por Domicílio Alqueires	Total Produzido N	%
Nuclear (N = 250)	31,6	7.907	74
Viúvo/a e Filhos (N = 51)	29,7	1.518	14
Extranuclear N = (44)	27,8	1.224	11
Soma	29,7	10.649	100

**Fonte:** Domicílios de camponeses que produziam milho, Recenseamento de Parnaíba, 1775.

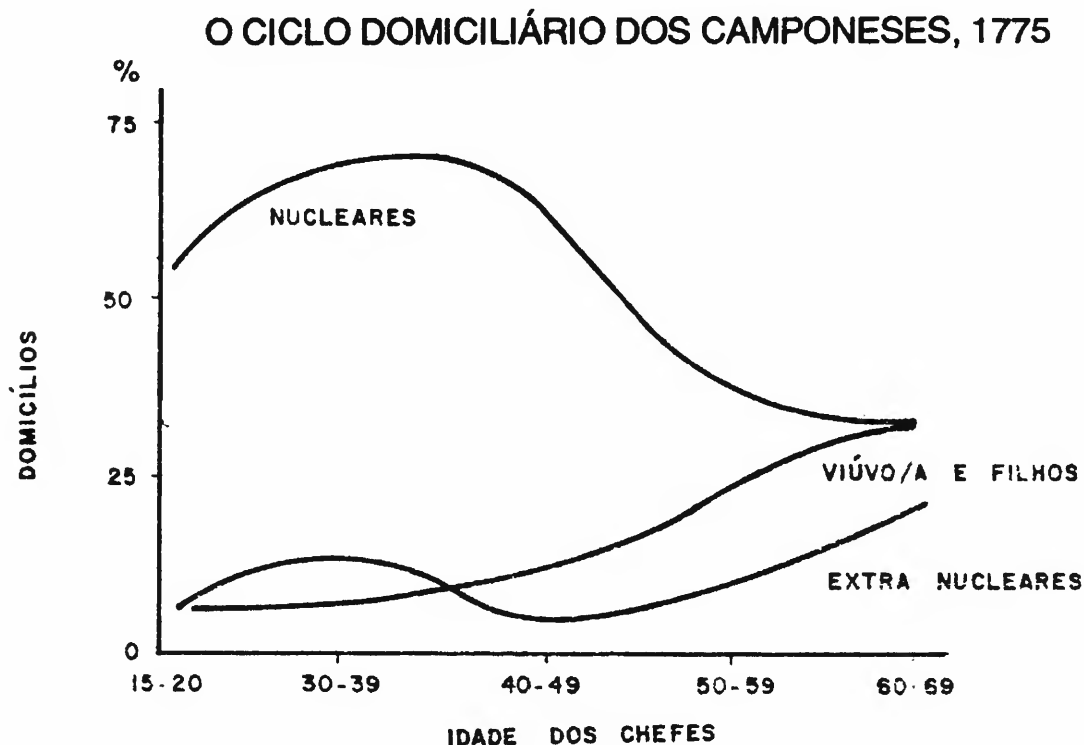
Para os pequenos produtores, a estrutura da família era muito importante para a sobrevivência, porque era nitidamente ligada à mão-de-obra disponível para cultivar a roça. O domicílio nuclear era a base do ciclo familiar por ser esta a estrutura mais favorável para a produção agrícola. O Gráfico 1 mostra os domicílios pertencentes à população que não possuía escravos em 1775, por grupos de idades dos chefes da família. Como pode ser observado, o número de domicílios nucleares aumentava entre a faixa de 15 a 40 anos. Estes chegavam a representar 70% de todos os tipos de domicílios quando os chefes atingiam a faixa etária de 40-49 anos. Este percentual declina a partir dos cinquenta anos, idade a partir da qual aumentava o número de domicílios de viúvos e viúvas e seus filhos, e também os domicílios de famílias extranucleares. O ciclo familiar comum à classe social em foco era, provavelmente, o seguinte: primeiramente, a união do casal; a seguir, a formação de

(14) Cf. o artigo de BERKNER (1972), que mostra como os camponeses austríacos incorporavam servos em seus domicílios para ter mais trabalhadores nas roças, especialmente quando os filhos eram ainda jovens ou já haviam saído de casa.



domicílio nuclear independente, estrutura que persiste até a meia idade; e, finalmente, a extensão dessas famílias em domicílios extranucleares nos últimos anos de vida ou a transformação da família nuclear em um domicílio formado pelo viúvo ou a viúva e os filhos. Como o domicílio nuclear dominava na produção agrícola, como vimos no Gráfico 1, a etapa da família nuclear era o tempo de maior produção agrícola. As outras etapas, como quando o domicílio era extranuclear ou fragmentado pela morte do pai, eram épocas de menor produção com maior possibilidade de pobreza.

GRÁFICO 1



Fonte: Recenseamento de Parnaíba, 1775.

Grandes transformações econômicas e sociais ocorriam nas famílias dos camponeses no final do século XVIII e início do século XIX. Essas mudanças são nitidamente descritas nos mapas de população. Entre 1775 e 1820 houve um aumento impressionante no número de famílias chefiadas por mulheres. A maioria desses domicílios localizava-se nos bairros da vila, parte significativa dos quais era chefiado por mulheres solteiras. O número de domicílios chefiados por mulheres subiu de 91, em 1775, para 250, em 1820 <sup>(15)</sup>

(15) Veja o trabalho de KUZNESOF (1984), que também encontrou um grande número de mulheres na cidade de São Paulo no final do século XVIII e início do século XIX. Em outros locais, como Vila Rica, também foi encontrada uma alta cifra de domicílios chefiados por mulheres (veja COSTA, 1977 e RAMOS, 1975). Esse fato parece ser um sinal da pobreza da classe camponesa, a origem social da maioria dessas mulheres.

Essa mudança foi acompanhada por uma transformação no nível da produção agrária do domicílio, porque os domicílios chefiados por mulheres produziam menos do que os chefiados por homens. Por exemplo, dentre os domicílios que produziam milho, em 1798, os chefiados por mulheres produziram 1.365 alqueires, ou uma média de 20,6 alqueires por domicílio, enquanto que os chefiados por homens produziram um total de 13.797 alqueires, ou uma média de 30,5 alqueires por domicílio <sup>(16)</sup>.

Por vários motivos, poucas mulheres chefes de família permaneciam no campo. A grande maioria vivia ou se mudava para a vila onde trabalhavam como artesãs, empregadas ou eram simplesmente pobres. Em 1775, 54 (ou 60%) dos domicílios chefiados por mulheres se sustentavam por meio de roças e a grande maioria delas era viúva.

Em 1820, conforme mostra a Tabela 9, 75 domicílios chefiados por mulheres se sustentavam com o trabalho no campo (roceiras), enquanto 174 (70%) moravam na vila, sobrevivendo como podiam: a maioria fiando algodão (53%), vivendo "de suas agências" (25%) ou recebendo esmolas (10%).

TABELA 9

## DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR HOMENS E MULHERES, 1820

	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Agricultores	466	74	75	30
Não agricultores	161	26	174	70
Soma	627	100	249	100

Fonte: Recenseamento de Parnaíba, 1820.

Durante os anos de 1775 e 1820 houve uma grande corrida em Santana de Parnaíba em busca das terras ocorrendo, ao mesmo tempo, o crescimento da população, especialmente a da classe camponesa. Essa corrida corresponde ao final do ciclo do açúcar em Parnaíba, quando muitos fazendeiros se aproveitavam das últimas florestas existentes em Parnaíba para derrubar o mato e plantar açúcar. Para os camponeses, essa corrida às terras prejudicou muito sua vida tradicional. Como vimos, muitos não tinham o título judicial das suas terras e, de qualquer forma, costumavam transferir suas roças para as terras devolutas. Os grandes proprietários compravam ou invadiam essas terras, expulsando um grande número de pequenos produtores. O que restava mal dava para os camponeses e seus descendentes.

(16) No recenseamento de 1798, o número de domicílios chefiados por mulheres que produziam milho era 66; o número chefiado por homens era 452.

Ocorreu, então, uma grande migração de homens para as regiões do oeste, onde tinham esperanças de adquirir terras no ainda sertão, ou para as vilas e cidades, onde passaram a trabalhar como jornaleiros, tropeiros e artesãos. Essa migração de homens deixou um número maior de mulheres na vila, o que parcialmente explica o grande número de domicílios chefiados por mulheres.

Para as mulheres dessa classe social, foram tempos bastante difíceis. Havia mais mulheres na população do que homens, o que reduziu as oportunidades de se casarem. Fora do casamento, as mulheres dependiam de suas famílias; fora da família, ficavam sem recursos ou proteção familiar. Muitas dessas mulheres, no entanto, eram mães solteiras. Eram, na maioria, pobres, porque enquanto cresceu o número de domicílio por elas chefiados, não aumentaram as possibilidades de sustento dessas famílias. De uma certa forma, essas mulheres eram membros marginalizados na sua classe social (17).

Outras mudanças observadas na vida familiar referem-se à alteração no ciclo familiar e à diminuição do tamanho do domicílio. O domicílio nuclear não mais dominava o ciclo familiar, o que sugere que a produção por domicílio diminuiu. Também o menor tamanho do domicílio sugere que este não podia sustentar tantos membros. No recenseamento de 1820, também notamos que o número de domicílios que se sustentava por meio de lavoura diminuiu, assim como o número de domicílios que possuía agregados. Tudo isto indica que os domicílios dos camponeses podiam sustentar menos membros porque sua produção agrícola era menor. Essas mudanças estão resumidas na Tabela 10.

TABELA 10

CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA CAMPONESA, 1775 E 1820

	1775		1820	
	N	%	N	%
Famílias nucleares	323	52	427	48
Domicílios chefiados por mulheres	91	21	250	28
Pessoas por domicílio		4,8		4,3
Domicílios com agregados	101	23	115	13
Domicílios que vivem de lavoura	352	80	541	61

Fonte: Recenseamentos de Parnaíba.

(17) Num trabalho mais recente, KUZNESOF (1986) pesquisa as mudanças na estrutura dos domicílios e as transformações econômicas na cidade de São Paulo no final do século XVIII e no início do século XIX. A autora encontra uma alta cifra de domicílios chefiados por mulheres, parte dos quais por mães solteiras ou por viúvas. Este fato parece ser uma consequência de mudanças semelhantes às ocorridas em Parnaíba e na região ao redor de São Paulo.

As estratégias usadas pelos camponeses para enfrentar as mudanças econômicas e sociais do final do século XVIII foram: limitar o tamanho do domicílio, evitar a divisão da terra e encorajar a migração para o oeste, para as vilas ou para a cidade de São Paulo. A consequência social desta estratégia foi o povoamento de novas regiões do oeste. Porém, como vimos, a elite também estimulou a migração para o oeste, o que deixa entrever uma tendência à reprodução, no oeste, da ordem social conhecida em Parnaíba. Nas cidades, a alta cifra de mulheres estimulou a produção de têxteis nos domicílios e pequenas fábricas. Segundo Elizabeth Kuznesof, essa foi uma das primeiras etapas da industrialização de São Paulo.

## Conclusão

Neste ensaio, tentamos mostrar a importância da família na sobrevivência da população colonial paulista. Como demonstramos, as famílias da população livre eram bem diferentes no que tange à classe social. Para os donos de escravos, a vida familiar e as estratégias usadas para perpetuar a linhagem foram bem distintas das dos camponeses. Quem possuía terras e mão-de-obra escrava, podia desenvolver uma propriedade de uma forma mais capitalista e orientá-la para o mercado de exportação. Para essas famílias, a sobrevivência se manifestava através do emprego de estratégias que visavam manter a produtividade da propriedade, a perpetuação da linhagem e o *status* social da família. Isto era alcançado, ou pelo menos tentado, através de casamentos, da migração para o sertão e da desigualdade na distribuição da herança. As consequências dessas estratégias foram a formação de uma classe média rural - os "lavradores" - e a exploração do sertão em cada geração onde foram usadas as mesmas estratégias que reproduziam idêntica ordem social.

Para os camponeses, o mundo era outro. A diferença marcante entre eles e os donos de escravos era a ausência do capital essencial que lhes permitisse participar da economia agrícola. Os camponeses eram trabalhadores rurais, dependentes da mão-de-obra familiar e das terras devolutas. No padrão de vida tradicional, predominava a família nuclear. Não houve desigualdade na divisão dos bens familiares, mas simplesmente o espraiamento da família numa área mais ampla em cada geração. Entretanto, com o desenvolvimento de uma economia agrícola comercial, escassearam-se as terras devolutas e, por conseguinte, a base de subsistência dessa classe. O tamanho do domicílio diminuiu e o domicílio nuclear não mais dominou o ciclo familiar. Os domicílios chefiados por mulheres cresceram um sinal de pobreza. Notamos que a expansão dessa classe social no final do século XVIII e o empobrecimento da mesma ocorreu quando a província de São Paulo e as fortunas dos senhores de engenho se expandiram.

Para concluir, formulamos uma questão problemática: o que influenciou mais a formação da sociedade rural paulista - as famílias ou as forças econômicas, como a expansão da agricultura comercial baseada na exportação? Geralmente a resposta tem sido esta última, ou seja, que a formação social está mais intimamente relacionada com o desenvolvimento da agricultura comercial. Mas, como aqui indicado, essas forças tiveram reflexos nas famílias, de modo que suas ações, principalmente as da elite, criaram as condições necessárias para a expansão da economia agrária comercial e a manutenção da ordem social hierárquica. As ações das famílias dos camponeses eram adaptações à realidade por eles percebida, e que também influenciavam a sociedade em desenvolvimento. Julgamos ser evidente que o estudo da formação social deve levar em conta tanto essas adaptações e ações internas quanto os fatores externos. Por este motivo, salientamos a importância do estudo da família. Além disso, o estudo da família é uma das maneiras de explicar a vida diária do passado e a herança de padrões de vida e mentalidade das gerações passadas.

### Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, 1943.
- BERKNER, Lutz. The stem family and the developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century Austrian example. *American Historical Review*, 77:398-418, 1972.
- \_\_\_\_\_. The use and misuse of census data for the historical analysis of family structure. *Journal of Interdisciplinary History*, 5:721-738, 1975.
- \_\_\_\_\_. Inheritance, land tenure and peasant family structure: a german regional comparison. In: GOODY, J., THIRSK, J. & THOMPSON, E. P. (org.), *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. Marriage strategies as strategies of social reproduction. In: FOSTER, R. & RANUM, O. (org.) *Family and society: selections from the annales*. Baltimore, 1976.
- BOURQUE, Susan & WARREN, Kay. *Women of the Andes: patriarchy and social change in two peruvian towns*. Ann Arbor, 1981.
- COLE, John & WOLF, Eric. *The hidden frontier: ecology and ethnicity in an alpine valley*. New York, 1974.
- COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 19:17-34, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE/USP, 1979.
- EVERSLEY, D. E. C. et al. *An introduction to English historical demography*. London, 1966.
- FLEURY, M. & HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris, 1965.
- HAREVEN, Tamara. The family as process: the historical study of the family cycle. *Journal of Social History*, 7:322-329, 1974.

- JONES, Alice Hanson. Estimating wealth of the living from a probate sample. *Journal of Interdisciplinary History*, 8:273-300, 1982.
- KUSNESOF, Elizabeth. The role of the family-headed household in Brazilian modernization: 1765- 1836. *Journal of Social History*, 13:589-613, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Household economy and urban development, São Paulo, 1765-1836*. Boulder, Colorado, 1986.
- LANDURIE, Emmanuel Le Roy. Family structures and inheritance customs in sixteenth-century France. In: GOODY, J., THIRSK, J. & THOMPSON, E. P. (org.), *Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge, 1976.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. *Anais de História*, 2:81-100, Assis, 1970.
- \_\_\_\_\_. Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828), segundo as listas nominativas de habitantes. *Estudos Econômicos*, 2(6):131-143, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750- 1850*. São Paulo, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Creascimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1974b.
- METCALF, Alida C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, 13 (Especial):771-785, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Families and planters, peasants, and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Tese de Doutorado, Universidade do Texas, Austin, 1983b.
- \_\_\_\_\_. Fathers and sons: the politics of inheritance in a colonial Brazilian township. *Hispanic American Historical Review*, 66 (3):455-484, 1986.
- NAZZARI, Muriel. *Women and property in the transition to capitalism: decline of the dowry in São Paulo, Brazil (1640-1870)*. Trabalho apresentado ao American Historical Association, Chicago, Illinois, dez. 1984.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- RAMOS, Donald. Marriage and the family in colonial Vila Rica. *Hispanic American Historical Review*, 55:200-225, 1975.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. Tese de doutorado, USP, 1980.
- SCOTT, Joan & TILLY, Louise. Women's work and the family in nineteenth-century Europe. *Comparative Studies in Society and History*, 17:34-64, 1975.
- SEARLE, Eleanor. Seigneurial control of women's marriage: the antecedents and function of merchet in England. *Past and Present*, 22:3-44, 1979.
- SEGALEN, Martine. *Nuptialité et alliance: le choix du conjoint dans une commune de l'Eure*. Paris, 1972.
- SHAMMAS, Carole. The domestic environment in early modern England and America. *Journal of Social History*, 14:13-24, 1980.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia paulistana*. 9 vols. São Paulo, 1903/1905.
- STEIN, Stanley. *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1890*. New York, 1974.
- VRIES, Jean de. Peasant demand patterns and economic development: Freisland 1550-1750. In: PARKER, W. N. & JONES, E. J. (org.), *European peasant and their markets: essays in agrarian economic history*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

- WHEATON, Robert. Family and kinship in Western Europe: the problem of the joint family household. *Journal of Interdisciplinary History*, 5:601-626, 1975.
- YVER, Jean. *Egalité entre héritiers et exclusion des enfants dotés*. Paris, 1966.

---

(Originais recebidos em novembro de 1989. Revistos pela autora em julho de 1990).